

O ESTÁGIO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

Profa. Adjunta Dra. Alexandra A. L. T. S. Eiras
Coordenadora de Estágio da FSS/UFJF

Profa. Adjunta Dra. Cláudia Mônica dos Santos
Coordenadora do Curso de Serviço Social da FSS/UFJF

Profa. Adjunta Dra. Cristina Simões Bezerra
Chefe do Departamento de Política e Ação do Serviço Social (DPASS) da FSS/UFJF

Nossa intenção nesta comunicação é apresentar algumas considerações acerca dos componentes curriculares “Estágio” e “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) na Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a partir da exposição realizada por ocasião do II Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social da ABEPSS/Leste e II Semana Acadêmica do curso de Serviço Social da FSS/UFJF, ocorridos nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2008, nesta Faculdadeⁱ.

Priorizamos, neste evento, debatermos sobre estes dois componentes curriculares por entendermos que sintetizam todo o projeto de formação profissional do Serviço Social e por sua complexidade. Assim, a primeira parte deste artigo faz uma breve apresentação da Proposta de Formação Profissional aprovada pela categoria profissional em 1996, bem como, o Projeto de Formação Profissional em vigor, atualmente na FSS/UFJF, concentrando-se no que diz respeito a estes dois elementos. A segunda parte traz uma discussão sobre o Estágio e como ele vem sendo realizado e avaliado nesta faculdade. A terceira parte trata, da mesma forma, do TCC.

1 O Projeto de Formação Profissional da FSS/UFJF

A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) participou, ativamente, , na década de 1990 do processo de revisão do projeto de formação profissional do Assistente Social e revisão do currículo mínimo dos cursos de Serviço Socialⁱⁱ. Revisão, esta, aprovada em 1996 pela categoria profissional em Assembléia da

ABESS/CEDEPSS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social), hoje, ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Esta proposta foi pensada e discutida com o conjunto das unidades de ensino do país, tendo como parâmetro a visão de que um projeto de formação profissional é construído coletivamente pela categoria profissional. Trata-se de um processo constituído por referenciais teóricos e influenciado pela conjuntura social, econômica, política e cultural do país, refletindo a correlação de forças sociais que ocorre na sociedade e na universidade, sendo, também, resultado da atuação da categoria profissional.

Nesta direção, ainda em final da década de 1990, a FSS/UFJF inicia seu processo interno de reforma do projeto de formação profissional e do currículoⁱⁱⁱ tendo como norte e fundamentação os princípios, diretrizes, metas e orientações contidas nos documentos da ABESS/CEDEPSS. Desta forma, em 2002 o mesmo foi aprovado pelo Conselho de Graduação (CONGRAD) da UFJF sendo implantado em 2003^{iv}.

Formação profissional nesta proposta é considerada como um “processo de qualificação teórico-metodológico, técnico e ético-político para o exercício dessa especialização do trabalho coletivo” (ABESS/CEDEPSS, 1996:163). Um projeto articulado que envolve comprometimento com uma direção que tenha definido que *tipo de profissional se pretende formar; para que formar; para quem formar*.

No que se refere ao perfil do profissional que se quer formar, pretende-se um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-operativa. Coerente com esse perfil, a formação profissional quer contribuir

para o desenvolvimento intelectual de uma profissão, com a constituição de quadros intelectuais que possuam responsabilidades sociais sobre certos aspectos da vida social; a construção de novas consciências e práticas acadêmicas; além de ser um dos muitos espaços de formação cultural, política e de exercício e luta pela cidadania (Cardoso *et alli*, 1993:4).

Ou seja, formar profissionais não apenas com perfil técnico, mas, sobretudo, com perfil intelectual. Não, somente, reproduzir quadros profissionais ou obter uma mão de obra qualificada. Sua finalidade não se resume em preparar o profissional para o emprego. O que se quer é preparar profissionais que sejam capazes não apenas de atender às necessidades do mercado, mas também de propor projetos de intervenção profissional e de se fazerem necessários em áreas que ainda não dispõem da atuação do Assistente Social, ampliando o mercado de trabalho.

Nesta direção, cabe a questão para quem formar? profissionais que sejam *formados para a sociedade*, “envolvidos com a construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas” (Iamamoto, 1998:185).

Nesta direção, os princípios que fundamentam a formação profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997:61-62) são: a dimensão interventiva e investigativa como condição central da formação profissional; a afirmação da unidade entre teoria e prática, entre competência técnica e política; a adoção de uma teoria social crítica; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o exercício do pluralismo; a transversalidade do ensino da ética e da pesquisa; o estágio acompanhado, obrigatoriamente, de supervisão profissional (de campo e acadêmica).

Estes princípios chamam a atenção para a importância da unidade entre conhecimento teórico e conhecimento prático, destacando a dimensão investigativa, mas, também, a dimensão interventiva, uma vez que, o Serviço social é uma profissão eminentemente interventiva, inclusive, aponta como meta a ser alcançada com esse projeto, a “ampliação do investimento acadêmico no tratamento da prática profissional, especialmente quanto ao ensino prático, à política de estágio e ao intercâmbio entre unidades de ensino e instituições do mercado de trabalho” (ABESS/CEDEPSS, 1996:167).

Destacamos, aqui, a preocupação com a concepção de unidade, entre teoria e prática. Unidade, entendida como relação visceral entre diferentes, ou seja, teoria e prática são categorias diferentes, mas que não podem ser analisadas separadamente, são interdependentes. Portanto a intervenção profissional não pode prescindir do conhecimento sobre a realidade com a qual se quer intervir, para isso é necessária uma postura investigativa constante. Neste

sentido a formação profissional requer conhecimentos teóricos, mas, também, éticos, políticos e procedimentais.

No sentido de materializar essas diretrizes, princípios e meta, a FSS/UFJF segue na íntegra, a proposta de diretrizes curriculares da ABEPSS. Esta oferece uma estrutura curricular inovadora que reforça a unidade entre teoria e prática. Essa estrutura abrange um conjunto de conhecimentos relacionados entre si e expressos em três núcleos de fundamentação, a saber: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esses núcleos são considerados “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1997:64). Eles representam uma nova lógica curricular em que, “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABESS/CEDEPSS, 1997:63), sendo, portanto, considerados como eixos articuladores da formação pretendida, desdobrando-se em áreas de conhecimento.

Toda a proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos temáticos, os quais “articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessário à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade” (Iamamoto, 1998:71). Eles detêm a possibilidade de instrumentalizar o Assistente Social para a intervenção profissional, sendo que, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional é considerado central nas Diretrizes Curriculares, e os demais se direcionam a ele complementando-o e reforçando-o, pois para uma intervenção com competência, faz-se necessário a compreensão do significado social da profissão.

A FSS/UFJF entende os componentes curriculares abaixo relacionadas como as que integram o ensino da prática, propriamente dito, sendo elas as responsáveis pelo trato das competências e habilidades do profissional : política social, pesquisa social, oficina de supervisão, oficina de trabalho profissional, ética, gestão social, laboratórios, tópicos especiais, seminário de política e prática acadêmica, serviço social e questão social, serviço

social e desenvolvimento regional, fundamentos, trabalho e s.s, estatística, direito e legislação, classes e movimentos sociais, dentre outros.

O “Estágio Supervisionado” é outro espaço curricular, tradicional, destinado ao trato dessa questão. Tido – juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como uma atividade indispensável integradora do currículo, o “Estágio Supervisionado” consiste numa “atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (*ibidem*:71).

Desta forma, Estágio e TCC, não são os únicos componentes curriculares que tratam do ensino da prática, mas, ambos, são essenciais na garantia da relação de unidade entre teoria e prática. O Estágio e a Oficina de Supervisão de Estágio são momentos onde o aluno vivencia essa relação. Ao mesmo tempo em que tem oportunidade de conhecer as singularidades da realidade com a qual trabalha, ele, a partir desse conhecimento, pode planejar sua intervenção junto a essa realidade. Este é um espaço onde ele vai discutir e pensar as mediações entre o conhecimento da realidade, as necessidades da população e os meios que possibilitam o alcance de seus objetivos.

Do mesmo modo, o TCC, pode oportunizar ao aluno, a sistematização de sua prática de estágio e/ou a investigação sobre algum aspecto da realidade que lhe suscitou interesse e/ou algum tipo de questionamento. Ele pode ser um dos momentos que o aluno articula ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido os itens a seguir se deterão nas especificidades desses elementos na FSS/UFJF.

2 O Estágio na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Historicamente, o curso de Serviço Social incluiu o estágio supervisionado como disciplina obrigatória desde a sua criação em Juiz de Fora, em maio de 1958.

Eleusa Bilemjian Ribeiro em sua tese intitulada “O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório” (2008) descreve a inserção do estágio na formação acadêmica de nível superior focalizando os impactos do processo econômico e da

regulação do Estado no âmbito da Educação sobre a implementação do estágio como disciplina obrigatória na formação profissional/técnica de nível superior.

A inserção nos campos de estágio, nas organizações/instituições privadas ou públicas, foi regulamentada no âmbito da Política Educacional Brasileira para o nível superior em um período de expansão do capitalismo pela via da industrialização conduzida pelos militares, em um processo autocrático-burguês (Netto, 1991).

A primeira documentação jurídico-formal referente ao estágio curricular, de abrangência nacional, foi homologada durante a ditadura militar (Portaria 1002/1967 e Lei 5.540 de 28/11/68), reproduzindo os interesses do mercado (Ribeiro, 2008).

Em nosso entendimento há uma disputa “meio velada” (não totalmente explícita em sua profundidade) que aparece na retórica da dissociação entre teoria/prática (estágio=prática) pelo qual ao mercado reserva-se (sob os interesses da burguesia) a prerrogativa de preparar os técnicos nos moldes e especialidades reclamados pelo desenvolvimento do país.

Nesse sentido, a Portaria 1002/67 dispôs pela primeira vez, sobre a admissão de estagiários na empresa. Essa Portaria “acentua e fortalece o vínculo do estágio nas empresas, com a transferência do eixo da formação profissional das universidades para o setor empresarial” (Ribeiro, 2008:56). No documento se expressa: a) a urgente necessidade de criar condições que possibilitem o entrosamento empresa-escola, visando à formação e ao aperfeiçoamento técnico-profissional; b) a preparação de técnicos nos moldes e especialidades reclamados pelo desenvolvimento do país; c) a prática efetivada, inclusive nas empresas, [que] concorre para que o ensino superior ou tecnológico ofereça melhores resultados (idem).

Ou seja, nessas concepções expressam-se o entendimento de que o mercado, através das suas organizações/instituições, principalmente, através das empresas detém as tecnologias e os processos mais avançados, eficientes e eficazes e por isso, capacita efetivamente os técnicos, polarizando a relação entre a formação acadêmica (mais lenta, menos avançada), campo da produção teórica e a inserção “real”, o aprendizado prático, que oferece resultados eficazes.

Contudo, o caráter ideológico presente nesse entendimento é o de que o desenvolvimento sócio-econômico sob a hegemonia do capital é o ponto final da história e o que melhor existe para a civilização humana.

Também, o estudante de Serviço Social, quando ingressa na formação acadêmica, valoriza a possibilidade de inserção enquanto estagiário, como o momento fundamental em que irá aprender “a ser” assistente social, sendo a prática e a intervenção o critério de desenvolvimento e de validação da competência para a formação profissional e posterior inclusão no mercado de trabalho.

Em última instância, essas concepções reforçam a noção de que o mercado define quem é competente e quem não é, assim, a formação pela inserção no estágio garantiria uma aproximação à eficiência e eficácia (resolutividade) exigidas pelo mercado.

Por outro lado, o Projeto Profissional do Serviço Social expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS)^v define a competência profissional a partir de parâmetros que incluem não só as habilidades requeridas pelo mercado, mas também aquelas que indiquem a possibilidade de o profissional apreender as necessidades reais dos usuários e de analisá-las em uma perspectiva de apreensão da totalidade social em suas dimensões/mediações particulares e singulares.

Nesse sentido, a formação acadêmica é o espaço de construção dessas habilidades analíticas e de intervenção.

Em relação ao estágio, o Projeto Profissional reconhece a transversalidade e a centralidade do mesmo para a formação acadêmica.

O Estágio Curricular é uma disciplina obrigatória, com a prescrição de carga horária mínima (510 horas, na FSS/UFJF), constituindo-se como estágio supervisionado, acompanhado sistematicamente por um professor, supervisor acadêmico e por um assistente social, supervisor do campo de estágio na organização/instituição onde o mesmo se realiza.

Existe uma tensão entre as concepções/expectativas sobre o estágio com as quais os estudantes ingressam no curso de Serviço Social e a intencionalidade do Projeto Profissional.

No Projeto Profissional, o Estágio Curricular Supervisionado expressa tanto o reconhecimento sobre a relevância da inserção dos estudantes nas organizações/instituições onde o Serviço Social se desenvolve, quanto a necessidade de refletir sobre as demandas sócio-organizacionais/sócio-institucionais e sobre os dispositivos organizacionais/institucionais que atravessam a intervenção do Serviço Social.

Nesse sentido, as habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas serão desenvolvidas a partir de uma análise mais ampla sobre as demandas postas ao Serviço Social e sobre as necessidades reais dos usuários/população, considerando as condições econômicas, políticas e culturais e as contradições referentes à correlação de forças entre as classes fundamentais: capital e trabalho.

Assim, no estágio, a formação dessas habilidades ocorre no processo de inserção na organização/instituição acompanhado das reflexões e do aprofundamento teórico-metodológico na área de intervenção, no desenvolvimento ético-político e na apropriação técnico-operativa, referente à proposição de estratégias e ao manejo dos instrumentos e técnicas utilizados pelos profissionais na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Desse modo, o Projeto Profissional, em vigor, compreende a relação entre teoria e prática como componentes indissociáveis, sendo essencial o processo de supervisão para a apreensão das demandas sócio-organizacionais e para a elaboração de estratégias e o manejo de técnicas e instrumentos orientados pela perspectiva crítico-dialética.

A Lei de Estágio número 11.788 de 25 de setembro de 2008 define o estágio como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (Artigo 1º). E continua nos parágrafos primeiro e segundo, respectivamente: “o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando” e “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Para que o estágio seja reconhecido enquanto tal, a Lei define em seu Artigo 3º a necessidade de que as atividades desenvolvidas no estágio sejam acompanhadas efetivamente por um professor orientador, vinculado à organização/instituição de ensino e por um profissional vinculado à organização/instituição concedente.

Em nosso entendimento, a nova Lei poderá restringir as situações em que o estagiário é utilizado como “mão de obra barata” em atividades incompatíveis com a sua formação acadêmica e ratifica a importância da relação organização/instituição concedente e organização/instituição de ensino, indicando a necessária articulação entre a prática e a produção teórico-acadêmica.

Esse entendimento recupera o papel e o lugar da formação acadêmica (de um modo geral, e não somente para o Serviço Social) na profissionalização e na construção das habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas – em diálogo com as organizações/instituições, e em consonância com os interesses de caráter coletivo, que abram caminhos para avançarmos em direção da cidadania plena, da democracia real e da emancipação dos indivíduos sociais.

2.1 Política de estágio na Faculdade de Serviço Social

A Faculdade de Serviço Social possui uma trajetória e um “*know-how*” em relação à inserção de estagiários nas organizações/instituições juizforanas e mineiras.

Nessa trajetória, está presente o fato de a Faculdade se responsabilizar pela abertura de convênios para inserção de estagiários e de democratizar o acesso às vagas existentes, possibilitando que os estudantes conheçam os espaços sócio-ocupacionais disponíveis para inserção de estagiários e que possam concorrer às vagas em condições equitativas.

Na Faculdade, o estágio curricular recebeu o tratamento de estágio supervisionado, tanto pelo supervisor acadêmico, quanto pelo assistente social, supervisor de campo, ressaltando-se algumas situações passadas em que o supervisor acadêmico exerceu também o papel de supervisor de campo.

Atualmente essas exigências constituem critérios para abertura de convênios, aliadas à apresentação de uma proposta de atividades para os estagiários compatíveis com a formação em Serviço Social, e exequíveis no âmbito sócio-organizacional.

No decorrer da década de 1990, vislumbramos, no processo de avaliação curricular, a possibilidade de aproximar os conteúdos trabalhados no currículo das demandas sócio-organizacionais e sócio-institucionais apreendidas no processo de supervisão acadêmica, no

convívio próximo aos assistentes sociais, supervisores de campo e no contato com os desafios postos ao Serviço Social nesses espaços sócio-ocupacionais. Assim também, entendia-se como premente a apreensão das necessidades reais da população juizforana e mineira.

A formulação de uma Política de Prática Acadêmica, no âmbito da FSS, vinha ao encontro dessas avaliações, como um modo de garantir, institucionalmente, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Faculdade também avançou em termos da qualificação dos quadros docentes e do investimento na pós-graduação, através do mestrado em Serviço Social, institucionalizando a produção acadêmica via pesquisa, vinculadas aos grupos que foram sendo constituídos a partir de 2003.

Nesse novo contexto, os grupos de pesquisa têm avançado em termos da produção acadêmica, promovendo a inserção de estudantes da graduação e da pós, investindo nos contatos institucionais e na aproximação junto aos assistentes sociais envolvidos nos processos de pesquisa.

Desse modo, a proposta de nucleação da Política de Prática Acadêmica foi sendo re-apropriada, reorientando a proposta original.

Atualmente, na área da saúde, observamos uma boa articulação, entre ensino, pesquisa e extensão, que inclui os supervisores de campos de estágio vinculados aos programas de Residência de Serviço Social na área Hospitalar (Hospital Universitário) e em Saúde da Família (Unidades Básicas de Saúde: Progresso, Parque Guarani e Santa Rita).

Na política de estágio da FSS essa articulação entre pesquisa, ensino e extensão a partir de uma área temática, torna-se fundamental para a qualificação do processo de supervisão acadêmica, e desse modo, para o aprendizado em relação ao ensino da prática e à qualificação profissional norteada pela perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética.

Atualmente, a supervisão acadêmica é realizada através das Oficinas de Supervisão organizadas em áreas temáticas, a saber: trabalho, saúde (duas oficinas), assistência social, sócio-jurídico, geração, habitação e educação^{vi}.

A área da saúde desdobra-se em duas oficinas devido ao volume de estudantes inseridos nessa área pela oferta de organizações/instituições, considerando-se que essa é a

área que historicamente tem empregado um número maior de assistentes sociais, acompanhando a tendência nacional

A implementação do Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora e na região – no contexto da Política Nacional de Assistência Social – tem gerado uma demanda significativa por assistentes sociais, abrindo espaços para a inserção de estagiários.

No acompanhamento do estágio curricular obrigatório (explicaremos mais adiante) realizado no primeiro semestre de 2008 verificamos a seguinte distribuição de organizações/instituições e estagiários nas áreas temáticas:

Número de alunos estagiários e nº de organizações e instituições por área temática		
Áreas Temáticas	Nº de organizações/instituições	Nº de estagiários
Trabalho	05	09
Saúde	12	20
Assistência Social	06	13
Sócio-Jurídico	03	05
Geração	08	17
Habitação	02	09
Educação	03	05
Total	39	76
FONTE: ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO – PRIMEIRO SEMESTRE/2008		

A maioria das organizações/instituições concedentes ou que recebem os nossos estagiários são instituições públicas, vejamos:

LIBERTAS^{ON LINE}

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL / UFJF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



Organizações e Instituições Públicas e Privadas		
Áreas Temáticas	Org./Inst. Públicas	Org./Inst. Privadas
Trabalho	05	-
Saúde	09	03
Assistência Social	04	02
Sócio-Jurídico	02	01
Geração	03	05
Habitação	02	-
Educação	02	01
Total	27	12
FONTE: ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO – PRIMEIRO SEMESTRE/2008		

Nas áreas temáticas da Assistência Social e de Geração, consideramos para fins de classificação, a natureza jurídica da AMAC (Associação Municipal de Apoio Comunitário), constituída como associação civil sem fins lucrativos, não obstante o seu vínculo orgânico com a Secretaria de Política Social da Prefeitura de Juiz de Fora e do seu papel de execução das políticas públicas na área da assistência social.

Contudo, essa relação ambígua entre o caráter jurídico-formal e a efetividade da AMAC enquanto executora da política pública na área da assistência social no município expressa as contradições concretas no campo da realização dessas políticas, tencionadas por diferentes interesses e necessidades.

Se na área da saúde há uma produção local que favorece direta e indiretamente o processo de supervisão, também nas áreas do trabalho, assistência social e geração têm

existido um investimento da faculdade, através da produção dos grupos de pesquisa e do investimento de alguns professores, que contribui indiretamente para o processo de supervisão.

Todavia, as áreas do “sócio-jurídico”, da “habitação” e da “educação” estão mais fragilizadas, pelo fato de não termos um investimento em pesquisas que focalizem as questões particulares referentes às áreas mencionadas.

É necessário destacar que o programa de pós-graduação strictu-sensu da FSS tem sido um dispositivo deflagrador no âmbito da pesquisa e da produção acadêmica.

Nesse sentido, também é importante observar que os assistentes sociais supervisores de campos de estágio tem tido acesso às disciplinas oferecidas pelo mestrado, cursadas como disciplinas isoladas. Os supervisores de campo têm participado da seleção para o mestrado, e têm sido admitidos como alunos do mestrado.

Por outro lado, o processo de supervisão envolve a necessária e efetiva aproximação junto aos assistentes sociais, supervisores de campos de estágio.

Na FSS, essa aproximação é realizada desde o contato inicial para abertura do campo de estágio, através da coordenação de estágio, e continua através das Oficinas de Supervisão Integrada e das Oficinas Temáticas.

As oficinas de supervisão integradas acontecem três vezes durante o semestre. A primeira oficina envolve a programação das atividades para o semestre. Os assistentes sociais, os estagiários e o professor coordenador da oficina de supervisão acadêmica (por área temática) discutem as questões que precisam ser trabalhadas e que poderão contribuir para qualificar a intervenção do Serviço Social face aos desafios e problemas postos aos assistentes sociais e aos estagiários.

No decorrer do semestre, os supervisores acadêmicos, no âmbito de cada oficina, reúnem-se com os assistentes sociais, para o acompanhamento em relação ao desenvolvimento do estágio. Essa é a segunda oficina de supervisão integrada.

Esse acompanhamento é parametrado pelo Plano de Estágio elaborado e/ou revisto no início de cada semestre pelos assistentes sociais, professor e estagiários.

Ao final do semestre realiza-se a terceira oficina de supervisão integrada com o propósito de avaliar as atividades.

Além de coordenar as oficinas de supervisão acadêmica por área temática e as oficinas de supervisão integrada, o professor, supervisor acadêmico, acompanha a inserção dos estagiários em cada organização/instituição, podendo realizar visitas e outras formas de contato, a fim de potencializar o trabalho e de aproximar-se das questões vivenciadas pelos estagiários e assistentes sociais.

Por último, as oficinas temáticas têm sido construídas a partir da apreensão dos temas/questões que perpassam o Serviço Social de um modo geral. Elas são oferecidas uma vez por semestre, dividindo-se entre dois e quatro temas.

O desenvolvimento dessa modalidade de supervisão expressa um processo de acompanhamento sobre a inserção nos campos de estágio desencadeado na proposição da Política de Prática Acadêmica.

Ao nosso ver, a PPA continua nos inspirando, não obstante as modificações operacionais e as re-apropriações feitas nas diferentes instâncias da FSS.

Uma das modificações relevante nesse processo foi a institucionalização, conforme o Regimento Acadêmico da Graduação da UFJF (RAG), da Comissão Orientadora de Estágio (COE).

Após a extinção da Comissão Permanente de Política e Prática Acadêmica (CPPA) que discutia as questões/orientações pedagógicas focalizando inclusive o ensino da prática e a inserção nos campos de estágio, houve um vazio em relação aos espaços para a discussão e deliberação sobre as questões referentes ao acompanhamento do estágio.

Sendo assim, retomamos a proposta da COE e a organizamos, sendo fiéis a sua composição: supervisores acadêmicos, coordenação do Curso e coordenação de estágio.

Na FSS a coordenação de estágio está vinculada à chefia do Departamento de Fundamentos do Serviço Social (DFSS). O chefe do DFSS é também o coordenador de Estágio e, assim, coordenador da COE.

A institucionalização da COE coloca uma questão para a FSS, na medida em que os componentes da COE deveriam indicar o presidente (coordenador) da mesma, o qual assumiria a coordenação do estágio. Essa questão foi indicada e está sendo discutida no âmbito da FSS.

2.2. Alguns comentários finais

Através do acompanhamento^{vii} que temos realizado via COE podemos dizer que houve um amadurecimento no processo de supervisão. A elaboração do plano de estágio tem-se efetivado na maioria das situações e tem sido uma referência para o acompanhamento do supervisor acadêmico.

A supervisão de campo tem acontecido, pelo comprometimento cotidiano dos assistentes sociais que acompanham zelosamente os estagiários no desenvolvimento de suas atividades.

Verifica-se, porém, a dificuldade de manter espaços para reflexão e discussão entre os assistentes sociais e os estagiários no cotidiano organizacional/institucional.

A demandas para os assistentes sociais e estagiários é grande, dificultando que eles possam dedicar-se ao processo sistemático de discussão e reflexão.

Observamos em muitos relatos, que as atividades desenvolvidas pelos estagiários não se diferenciam daquelas desenvolvidas pelos assistentes sociais, sempre, é claro sob a supervisão desses profissionais.

Nesse sentido, o espaço das supervisões integradas e das oficinas temáticas tem sido qualificado como um momento importante para a troca de experiência e para a aproximação às discussões (produções teóricas) desenvolvidas no âmbito acadêmico. Assim também, as oficinas de supervisão integradas são compreendidas por alguns supervisores de campo como uma possibilidade de articulação entre os assistentes sociais para o enfrentamento das dificuldades/problemas vividos na intervenção profissional.

Houve uma avaliação positiva dos assistentes sociais sobre o processo de supervisão acadêmica e sobre a relação entre a FSS e os campos de estágio.

Também apreendemos uma gama de sugestões para as oficinas temáticas. Dentre os temas mencionados, destacou-se a intervenção do Serviço Social com famílias, que foi objeto do curso “Famílias na contemporaneidade e a intervenção do Serviço Social” realizado em outubro e dezembro de 2008.

Nesse sentido, observamos que as oficinas temáticas poderão ser potencializadas pela proposição de cursos na modalidade de extensão, que contribuam para a qualificação da intervenção profissional fundamentada/orientada pela perspectiva crítico-dialética.

As questões que precisam ser debatidas, ao nosso ver, envolvem a continuidade das reflexões sobre o caráter e o significado do estágio supervisionado.

É necessário investir na efetiva compreensão do estágio enquanto atividade integradora aprimorando a comunicação entre as demandas – questões e problemas apreendidos no processo de acompanhamento do estágio – e as disciplinas/conteúdos desenvolvidos na graduação.

As pesquisas na área de Serviço Social são extremamente importantes para a qualificação da intervenção profissional, bem como as produções por área temática tendem a potencializar e qualificar a formação profissional.

Sendo assim, é necessário continuar investindo nas nossas produções acadêmicas, valorizando a área de Serviço Social e os espaços de discussão sobre a intervenção profissional.

Desse modo, continuaremos assumindo, no âmbito da formação acadêmica, nossa responsabilidade em contribuir para a construção de respostas profissionais fundamentadas e coerentes com a perspectiva crítico-dialética e com o nosso horizonte ético-político.

3 O Trabalho de Conclusão de Curso no processo de formação profissional do Assistente Social

A partir das discussões anteriormente realizadas, acerca do processo de formação profissional na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, interessa-nos, neste momento, particularizar o trabalho de conclusão de curso (TCC) como um dos componentes curriculares que constituem este processo. Segundo as diretrizes curriculares elaboradas pela ABEPSS, o TCC é

uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e

expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora.

Esta concepção aponta, assim, para importantes elementos referentes ao perfil do profissional que se pretende formar e para as competências e habilidades viabilizadas pela formação profissional. Acreditamos que, dadas as particularidades o TCC quanto ao seu processo e ao seu momento de elaboração, este deve ser visualizado como uma oportunidade privilegiada, no processo de formação profissional, para se garantir, junto aos alunos concluintes do curso, um exercício mais fundamentado de algumas habilidades.

Partindo da perspectiva de que se pretende oferecer uma formação intelectual e cultural generalista e crítica, o TCC se apresenta como uma das dimensões que possibilitam a apreensão crítica dos processos sociais sem abandonar a referência da totalidade. Neste sentido, se viabiliza o exercício de duas competências específicas. A primeira delas é a capacitação para a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, atentando-se para suas particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais, tanto no que se refere ao desenvolvimento histórico quanto ao seu contexto contemporâneo. Aqui se inserem, por exemplo, as reflexões acerca da sociedade econômica brasileira, das classes sociais no Brasil e de seus processos de organização e de luta, da compreensão do Estado brasileiro e de sua dimensão classista, dentre outras. No contexto contemporâneo de desenvolvimento capitalista e de refuncionalização das políticas sociais, acreditamos que a elaboração do TCC deve ter também como meta e desafio a compreensão crítica dos elementos referentes ao desenvolvimento regional e local.

Uma segunda competência, construída a partir da primeira, é a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional. Isto se desdobra, portanto, em alguns outros exercícios:

- A capacidade de inserção profissional competente, criativa e propositiva, exercitando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental;
- A capacidade de se identificar as demandas presentes na sociedade para fundamentar a formulação das respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- O compromisso do profissional com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, bem como com as lutas históricas das entidades de representação da categoria.

É diante deste contexto que faz sentido refletir sobre o TCC como um “momento de síntese e de expressão da totalidade da formação profissional”. Acredita-se, portanto, que, no momento de sua elaboração, os alunos já demonstrem uma relativa maturidade para lidar com os chamados “conteúdos transversais” da nossa formação, tais como o exercício da pesquisa, já com um rigor acumulado a longo da prática profissional, a compreensão crítica da dimensão interventiva do Serviço Social, demonstrando o domínio e a problematização dos instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social em cada uma das suas áreas de intervenção e a compreensão das manifestações da questão social dentro de uma perspectiva de totalidade.

É importante destacarmos que apesar de constituir um momento de síntese, o TCC é também, e ainda um momento de formação profissional. Portanto, defendemos que os centros de formação devem estar particularmente preocupados com o processo de orientação dos trabalhos, garantindo que estes conteúdos sejam recuperados aprofundados neste momento.

Outro elemento a se considerar é que o TCC é também compreendido como um “momento de sistematização do conhecimento resultante das indagações geradas a partir da prática acadêmica, preferencialmente da experiência de estágio”. Assim, o exercício desta prática, nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, é essencial para a formação profissional, devendo ser incentivado e aprimorado pelos centros de formação. A riqueza dos conhecimentos adquiridos pelos alunos nestas experiências se manifesta nos TCCs e redimensiona a qualidade da prática profissional oferecida aos usuários na sociedade.

Merece destaque o fato de que a ABEPSS menciona que a experiência de estágio deve ter tratamento preferencial no âmbito dos TCCs, o que envolve e reflete as problematizações acerca da inserção dos alunos nos campos de estágio, como discutimos anteriormente. Desenha-se, assim, uma importante relação entre estágio e TCC, constituída pela vivência da prática profissional e pela reflexão sistematizada sobre ela, qualificando concretamente as oportunidades de ensino da prática.

É importante ainda destacar que o TCC está submetido aos padrões e às exigências metodológicas e acadêmico-científicas. O rigor no trato destes padrões, que também deve constituir um conteúdo transversal na formação profissional dos assistentes sociais, é essencial para a afirmação da profissão como área de conhecimento e para a capacitação aos assistentes sociais para o diálogo e o confronto com outras áreas do conhecimento.

No currículo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, o TCC tem trato disciplinar, abrange 90 horas/ aula e está vinculado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social. É desenvolvido no interior de duas disciplinas, quais sejam, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, onde o produto final é o projeto de monografia, e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, que representa a elaboração do trabalho em si. Segundo a normatização interna, o TCC deve ser preferencialmente desenvolvido em equipe, de 2 a 4 alunos. Esta peculiaridade se deve principalmente, à convicção, por parte do coletivo dos professores, de que o trabalho em equipe, também no TCC, representa mais uma oportunidade de uma reflexão coletiva e sistematizada por parte dos alunos¹. No entanto, temos observado que tem aumentado o número de alunos que optam pela elaboração individual do TCC, por diferentes motivos, e que a Faculdade tem procurado, na medida de nossas limitações objetivas quanto ao número de professores orientadores, respeitar esta decisão.

A elaboração do TCC em nossa Faculdade tem como pré-requisito a realização, pelo aluno, de, no mínimo, um período de estágio curricular, o que acontece geralmente, no sexto período do curso. Isso tem garantido que, com uma porcentagem de aproximadamente 45%, os TCCs se voltem para aquela reflexão da experiência acadêmica de que falávamos anteriormente. É importante ainda mencionar que, sobretudo a partir de uma maior

1

consolidação de nossos grupos de pesquisa, muitos TCCs estão sendo elaborados na perspectiva de sistematizar resultados parciais ou finais das pesquisas em andamento, o que, para nós representa um importante avanço.

A partir das avaliações dos TCCs elaborados no ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008, podemos realizar uma primeira reflexão acerca dos desafios que ainda temos que enfrentar no processo de nossa formação profissional, uma vez que, enquanto momento de síntese, percebemos vir à tona, nos TCCs, também algumas lacunas deste processo. Neste sentido, vale destacar

- O exercício constante do rigor acerca da pesquisa e do domínio das normas do conhecimento científico;
- A necessidade de se evitar o risco do ecletismo no trato do referencial teórico dos TCCs;
- O exercício permanente do caráter propositivo da profissão, não permitindo que os trabalhos se tornem um mero “diálogo com os livros”;
- A compreensão do compromisso ético, sobretudo naqueles trabalhos que analisam a intervenção profissional;
- A garantia de uma produção em equipe efetiva e de qualidade;
- A construção de espaços de socialização da produção, através das oportunidades de “defesa pública” dos trabalhos.

Bibliografia:

ABESS/CEDEPSS. “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”. In: **Cadernos ABESS** n.7. São Paulo: Cortez, 1997.

Brasil. Lei número 11.788 de 25 de setembro de 2008

CARDOSO *et alli*. “A Definição do Núcleo Básico – novo currículo de graduação em Serviço Social”. In: **Em Pauta**, cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. N. 1, novembro de 1993.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

RIBEIRO, E. B. **O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2008).

SANTOS, C. M. **Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil**. Tese de Doutorado. ESS/UFRJ, 2006.

ⁱ Este evento fez parte das comemorações do cinquentenário da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

ⁱⁱ As diretrizes curriculares de um curso fazem parte do projeto de formação profissional, mas elas não são o próprio projeto. O projeto de formação profissional se materializa através das diretrizes curriculares. Estas indicam uma determinada forma de pensar a formação.

ⁱⁱⁱ Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, foi extinta a obrigatoriedade do “currículo mínimo” para os cursos superiores e, sim, “diretrizes curriculares”.

^{iv} Para conhecer essa proposta na íntegra ver Iamamoto, M. V. Política de Prática Acadêmica: uma proposta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. In: **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

^v Conforme exposto na primeira parte desta comunicação.

^{vi} Essa área foi extinta e não será oferecida a oficina no primeiro semestre de 2009, devido à retração da oferta para inserção de estagiários em Juiz de Fora. Nessa comunicação, não nos deteremos sobre as razões dessa retração, pois isso fugiria ao propósito deste texto.

^{vii} Esse acompanhamento foi sistematizado a partir de um roteiro com oito questões: características gerais da área de intervenção; as atividades realizadas pelos assistentes sociais supervisores de campo; as atividades realizadas pelos estagiários; o processo de supervisão de campo; as dificuldades do processo de supervisão de campo; as possibilidades de contribuição para o campo, para o assistente social no processo de supervisão integrada/acadêmica; sugestão de temas. O roteiro foi trabalhado nas áreas: trabalho, saúde, sócio-jurídico, geração e habitação, com ampla adesão dos supervisores de campo de estágio.